

**MARINA VIEIRA DE FIGUEIREDO**

Mestre e doutoranda em direito tributário pela PUC/SP. Professora dos cursos de especialização em direito tributário do IBET Instituto Brasileiro de Estudos Tributários e da COGEAE-PUC/SP. Advogada.

**LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO**  
*Revisão e seus efeitos*

**São Paulo**

**2014**

Copyright © 2014 By Editora Noeses  
Editor-chefe: Paulo de Barros Carvalho  
Coordenação editorial: Alessandra Arruda  
Revisão: Semíramis Oliveira  
Capa: Ney Faustini  
Produção editorial/arte: Denise Dearo

CIP - BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

---

F4393 Figueiredo, Marina Vieira de.  
Lançamento Tributário: Revisão e seus efeitos / Marina Vieira de  
Figueiredo. – São Paulo : Noeses, 2014.  
Inclui bibliografia. 311 p.  
1. Direito Tributário. Tributário. I. Título.

CDU 340

---

2014

Todos os direitos reservados



Editora Noeses Ltda.

Tel/fax: 55 11 3666 6055  
[www.editoranoeses.com.br](http://www.editoranoeses.com.br)

# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	<b>XVII</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>XXI</b>
O direito positivo enquanto conjunto de normas jurídicas	XXII
Nosso objeto de estudos: normas que disciplinam a re- visibilidade do lançamento.....	XXIV
O enfoque teórico.....	XXVI
O método .....	XXVII
Plano da exposição .....	XXIX

## CAPÍTULO I

### NORMAS JURÍDICAS: CONCEITO E ESTRUTURA

<b>1.1. Definição do conceito de norma jurídica</b> .....	<b>2</b>
1.1.1. O que é uma norma? .....	2
1.1.2. O que qualifica uma norma como jurídica? .....	3
1.1.2.1. As acepções em que o termo “jurídico” pode ser empregado .....	3
1.1.2.2. Os requisitos eleitos pela doutrina para qualificar uma norma como jurídica ...	4
1.1.2.3. Nossa posição: norma jurídica é aquela que pode ser aplicada com o uso da força.....	8

## MARINA VIEIRA DE FIGUEIREDO

1.1.2.4. A necessária publicidade para que a norma possa ser considerada como elemento integrante do sistema jurídico..	12
<b>1.2. Estrutura das normas jurídicas: norma primária + norma secundária.....</b>	<b>13</b>
<b>1.3. Normas jurídicas: abstração e concretude X generalidade e individualidade.....</b>	<b>20</b>
<b>1.4. Validade das normas jurídicas.....</b>	<b>22</b>
1.4.1. Teorias sobre a validade .....	22
1.4.2. Teorias sobre a validade e o sistema dos observadores e dos participantes.....	26
1.4.3. Nosso posicionamento: validade como relação de compatibilidade ou incompatibilidade de norma inferior com a norma de competência..	28

## CAPÍTULO II

### O PROCESSO DE POSITIVAÇÃO DO DIREITO

<b>2.1. Dinâmica jurídica: a movimentação das estruturas normativas.....</b>	<b>36</b>
<b>2.2. Incidência normativa.....</b>	<b>40</b>
2.2.1. Teorias sobre a incidência .....	42
2.2.1.1. Incidência como operação automática e infalível .....	42
2.2.1.2. Incidência como fenômeno que depende da ação humana .....	44
2.2.2. Considerações sobre as teorias a respeito da incidência .....	47
<b>2.3. O posicionamento adotado nesta obra: incidência e aplicação são conceitos sinônimos.....</b>	<b>49</b>
<b>2.4. Fenomenologia da incidência/aplicação das normas ..</b>	<b>53</b>
<b>2.5. A incidência e as normas de competência.....</b>	<b>56</b>

## CAPÍTULO III

### LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

<b>3.1. A ambiguidade do termo “lançamento” .....</b>	<b>65</b>
<b>3.2. A definição do conceito de lançamento pelo Código Tributário Nacional .....</b>	<b>67</b>
<b>3.3. A definição do conceito de lançamento pela doutrina em face das disposições do Código Tributário Nacional.....</b>	<b>68</b>
3.3.1. O que é? Ato ou procedimento .....	68
3.3.2. Quem é competente para efetuar o lançamento? Apenas a autoridade administrativa? .....	72
3.3.3. Qual a finalidade do lançamento?.....	79
<b>3.4. Nossa definição do conceito de lançamento .....</b>	<b>81</b>
3.4.1. Lançamento como ato administrativo.....	83
3.4.1.1. A relação indissociável entre ato, procedimento e norma .....	83
3.4.1.2. Ato como norma geral e concreta que introduz outra regra no sistema.....	86
3.4.1.3. A qualificação do ato como “administrativo” .....	89
3.4.2. Lançamento como ato privativo da Autoridade Administrativa.....	93
3.4.3. Lançamento como ato destinado a constituir o crédito tributário.....	95
3.4.3.1. Crédito tributário como elemento indissociável da obrigação .....	95
3.4.3.2. Crédito tributário e as relações jurídicas decorrentes da aplicação das normas secundárias.....	98
3.4.3.3. Eficácia constitutiva do lançamento....	100

3.4.4. Síntese da definição do conceito de lançamento	102
<b>3.5. Lançamento e teoria dos atos administrativos.....</b>	<b>103</b>

## **CAPÍTULO IV**

### **REVISÃO DO LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO**

<b>4.1. Introdução.....</b>	<b>108</b>
<b>4.2. Revisão X Alteração: imprecisão terminológica .....</b>	<b>109</b>
<b>4.3. Revisão: procedimento ou ato?.....</b>	<b>111</b>
<b>4.4. A partir de que momento é possível a revisão do lançamento?.....</b>	<b>113</b>
4.4.1. A dicotomia lançamento provisório X lançamento definitivo .....	113
4.4.2. Lançamento definitivo: elementos constitutivos.	122
<b>4.5. O que motiva a revisão do lançamento.....</b>	<b>126</b>
4.5.1. Os vícios a que estão sujeitas as normas jurídicas.	133
4.5.1.1. Vícios quanto ao sujeito (requisito subjetivo).....	134
4.5.1.1.1. Capacidade da pessoa política e competência do órgão ou do terceiro responsável pela prática do ato.....	135
4.5.1.1.2. Competência e legitimidade do agente público .....	139
4.5.1.1.3. O exercício da competência e os impedimentos de caráter especial .....	142
4.5.1.1.4. Exemplos de vícios subjetivos no lançamento tributário .....	143
4.5.1.1.4.1. Lançamento realizado por auditor	

## LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO: REVISÃO E SEUS EFEITOS

	fiscal lotado em jurisdição diversa do domicílio do su- jeito passivo .....	144
	4.5.1.1.4.2. Lançamento rea- lizado por agente público no exer- cício de função jul- gadora .....	145
4.5.1.2.	Vícios quanto ao procedimento (requi- sito procedimental) .....	147
	4.5.1.2.1. A legislação que disciplina o procedimento de fiscalização e sua aplicação retroativa .....	149
	4.5.1.2.2. Exemplos de vícios procedi- mentais no lançamento tribu- tário .....	153
	4.5.1.2.2.1. Ausência de Man- dado de Procedi- mento Fiscal – MPF .....	153
	4.5.1.2.2.2. Falta de intima- ção dos titulares de conta conjunta para comprovação de origem dos de- pósitos .....	157
4.5.1.3.	Vícios quanto ao local (requisito espa- cial) .....	159
	4.5.1.3.1. Exemplo de vício espacial no lançamento tributário: lança- mento formalizado fora do es- tabelecimento do contribuinte	161
4.5.1.4.	Vícios quanto ao tempo (requisito temporal) .....	162

## MARINA VIEIRA DE FIGUEIREDO

4.5.1.4.1. Requisito temporal no lançamento: prazos de decadência estabelecidos no Código Tributário Nacional .....	162
4.5.1.4.2. Os prazos de decadência e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: a superação da tese dos 10 (dez) anos para constituição do crédito tributário pelo Fisco....	167
4.5.1.4.3. Vícios temporais no lançamento: exemplos de inobservância dos prazos de decadência .....	170
4.5.1.5. Vícios quanto à matéria (requisito material) .....	174
4.5.1.5.1. A regra-matriz de incidência e os vícios a que está sujeita a norma introduzida pelo lançamento .....	176
4.5.1.5.2. O erro de fato e o erro de direito .....	178
4.5.1.5.3. Erro de direito e alteração de critério jurídico .....	184
4.5.1.5.4. Exemplos de vícios materiais no lançamento tributário .....	190
4.5.1.5.4.1. Não comprovação do fato que dá ensejo ao dever de pagar o tributo (erro de fato) .....	191
4.5.1.5.4.2. Exigência de IR sobre parcelas indenizatórias (des-	



## LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO: REVISÃO E SEUS EFEITOS

	criação de fato que não se subsume à hipótese da RMIT – erro de direito) .	195
4.5.1.5.4.3.	Divergências quanto ao valor do imóvel para fins de cobrança do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis (não comprovação da base de cálculo do tributo – erro de fato).....	197
4.5.1.5.4.4.	Exigência do ICMS sobre demanda contratada, não energia consumida (utilização de base de cálculo diversa daquela prescrita pela RMIT – erro de direito) .....	200
4.5.2.	Os vícios a que está sujeito o lançamento e os elementos essenciais do Auto de Infração .....	204
4.5.3.	Os vícios no lançamento sob a perspectiva da teoria dos atos administrativos.....	207
4.5.3.1.	Vícios quanto ao sujeito .....	209
4.5.3.2.	Vícios quanto ao motivo.....	210
4.5.4.2.1.	Motivo X motivação.....	212
4.5.3.3.	Vícios quanto ao procedimento .....	215
4.5.3.4.	Vícios quanto à finalidade .....	215

## MARINA VIEIRA DE FIGUEIREDO

4.5.3.5. Vícios quanto à causa do ato.....	217
4.5.4. A dualidade vícios formais X vícios materiais .	219
<b>4.6. Os procedimentos de revisão .....</b>	<b>222</b>
4.6.1. Impugnação do sujeito passivo.....	223
4.6.1.1. Impugnação administrativa .....	224
4.6.1.2. Impugnação judicial .....	228
4.6.1.3. Concomitância entre processo admi- nistrativo e processo judicial.....	231
4.6.2. Recurso de ofício.....	232
4.6.3. Iniciativa de ofício da autoridade administrativa	233
<b>4.7. O ato de revisão do lançamento.....</b>	<b>236</b>
4.7.1. O exercício irregular da competência e a nul- dade como “sanção” aplicável .....	237
4.7.1.1. A estrutura da norma anulatória.....	239
4.7.1.2. A norma anulatória e seus âmbitos de aplicação .....	240
4.7.1.2.1. Âmbito material da norma anulatória .....	240
4.7.1.2.2. Âmbito temporal da norma anulatória (efeitos <i>ex nunc</i> ou <i>ex tunc</i> ).....	244
4.7.1.2.3. Âmbito espacial da norma anulatória .....	245
4.7.1.2.4. Âmbito pessoal da norma anu- latória (efeitos <i>erga omnes</i> ou <i>inter partes</i> ) .....	245
4.7.1.3. Os âmbitos de aplicação da norma que anula o lançamento tributário .....	247
4.7.1.4. Nulidade, anulabilidade e os efeitos da da norma anulatória .....	249
4.7.2. A convalidação do lançamento .....	250

## LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO: REVISÃO E SEUS EFEITOS

4.7.2.1. Definição do conceito de convalidação	250
4.7.2.2. A convalidação do lançamento .....	252
4.7.2.3. O prazo para a convalidação do lançamento .....	254
4.7.3. A manutenção de lançamentos irregulares .....	254
4.7.3.1. A possibilidade de manutenção do lançamento defeituoso como sinônimo de incidência de regra de exclusão da ilicitude ou da culpabilidade .....	258
4.7.4. A questão do lançamento suplementar.....	263
4.7.5. A impossibilidade de revogação do lançamento	265
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>267</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>273</b>